



**CAPA**

# **MUSEU DE GRANDES NOVIDADES**

Avanço do conhecimento científico  
impulsiona instituições a repensarem  
propostas curatoriais

**Christina Queiroz**

**D**ebates que ganharam fôlego nos últimos 20 anos em campos do conhecimento como história e antropologia têm levado museus brasileiros a oferecer ao público novas formas de pensar, organizar e expor seus acervos. Por meio de propostas de curadoria que engajam a participação de diferentes segmentos da sociedade, pinturas históricas deixaram de ser apresentadas como reprodução fidedigna da realidade, objetos artísticos têm sido descobertos em reservas técnicas e peças etnográficas ganharam camadas inéditas de significado.

Esse processo de transformação, que começou em circuitos acadêmicos e museológicos, foi impulsionado por políticas públicas e hoje pode ser visto em salas de exposição de grandes instituições, está alinhado com as discussões promovidas desde 2016 pelo Conselho Internacional de Museus (Icom). Ponto culminante desse movimento é a nova definição de museu aprovada pelo conselho em agosto deste ano, com a incorporação de termos como sustentabilidade, diversidade, comunidade e inclusão. De acordo com o Icom, museus são instituições que “[...] pesquisam, colecionam, conservam, interpretam e expõem o patrimônio material e imaterial”, são “acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade” e, com a participação de comunidades, “proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”. A arquiteta Renata Vieira da Motta, presidente do Icom Brasil, avalia que a nova definição funcionará como guia para instituições brasileiras revisarem seus processos e práticas, ao reafirmar a importância do papel social dessas instituições. “Além disso, a definição deverá funcionar como referência à formulação de políticas públicas no campo museológico, contribuindo para a construção de ações e programas”, afirma.

Na perspectiva do historiador Paulo Knauss, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Rio de Janeiro, as novas propostas curatoriais representam um momento de inflexão para grande parte dos tradicionais museus brasileiros que, segundo ele, permaneciam ligados a um tipo de curadoria marcada por características enciclopédicas com ênfase descritiva. “No caso de museus de história, isso significa que peças e quadros expostos ganharam estatuto de verdade e a representação do passado era confundida

com a realidade”, explica Knauss, que dirigiu o Museu Histórico Nacional (MHN) entre 2015 e 2020. Nesse sentido, ele cita o exemplo do quadro *Independência ou morte!*, do pintor paraibano Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905), que foi restaurado e está exposto no Museu Paulista (ver Pesquisa FAPESP nº 318). “Ao expor obras como essa, é preciso fazer um trabalho curatorial que evidencie que ela não é o passado encarnado, mas uma interpretação do passado, instigando os espectadores a refletir por que não há escravizados na cena ou por que todos os personagens estão com trajes tão limpos se estavam no meio de uma viagem dura e cansativa? Com isso, é possível abandonar uma atitude passiva e dialogar com o que é observado, algo que é trabalhado pelo Museu Paulista”, sustenta o historiador.

Apesar de sua disseminação em anos recentes, as transformações em propostas curatoriais fazem parte de um longo processo. A museóloga Marília Cury Xavier, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), localiza na década de 1970 a intensificação da busca de museus pela ampliação de seu papel na sociedade. “Novas posturas da pesquisa histórica e antropológica passaram a olhar os povos originários não apenas como objetos, mas também como sujeitos, e alteraram as políticas de gestão e aquisição de acervos”, destaca.

Além do papel do conhecimento científico, o museólogo Mário de Souza Chagas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e diretor do Museu da República, afirma que a Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania, instituída em 2003 com o objetivo de democratizar as instituições e o acesso a bens culturais brasileiros, também impactou a formulação de propostas curatoriais. “No Museu da República, um dos reflexos foi a criação da Galeria do Lago, que há cerca de duas décadas propõe relações com a história do Brasil a partir do trabalho de artistas contemporâneos”, comenta. A escultura *A grande peleja*, do artista goiano Paul Setúbal, atualmente exposta na galeria, é um exemplo desse diálogo. Réplica em bronze do capacete utilizado pela guarda imperial de honra de dom Pedro I (1798-1834), ao mesmo tempo que exhibe a imagem de São Jorge lutando contra um dragão, a obra apresenta o capacete deformado por um golpe de lança. “Setúbal busca na história elementos e símbolos que falam de liberdade e independência quando, 200 anos depois da proclamação, ainda lutamos para aniquilar dragões que nos perseguem”, interpreta Isabel Portella, diretora da galeria.

# TESOUROS SAEM DA RESERVA TÉCNICA



Museus de história criam estratégias  
para identificar objetos esquecidos  
e propor novas leituras da sociedade

**D**epois de nove anos fechado para obras de reforma e restauração, o Museu do Ipiranga, espaço expositivo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP-USP) na capital paulista, reabriu suas portas em setembro imbuído dessa nova proposta, visível por exemplo no diálogo entre produções monumentais com objetos do cotidiano. Assim, o visitante pode admirar não só obras do pintor e desenhista José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), mas também objetos da vida doméstica e do mundo do trabalho que até recentemente permaneceram guardados na reserva técnica. Quadros icônicos como *Partida da monção* foram dispostos com o mesmo destaque dado a martelos, máquinas de costura, moedores de carne, jarras de plástico em formato de abacaxi, liquidificadores, brinquedos antigos e bibelôs.

“Elementos da cultura material, como os objetos da vida cotidiana, são caminhos para a compreensão da sociedade”, sustenta a historiadora Vânia Carneiro de Carvalho, do MP-USP. Nessa proposta, equipamentos de cozinha podem ser utilizados para remeter à figura da empregada doméstica e lembrar da posição subordinada da mulher negra na sociedade. Em uma das salas do MP também é possível observar esculturas de porcelana francesa do século XVIII dispostas ao lado de bibelôs baratos, tradicionalmente malvistas por historiadores da arte. “Esses bibelôs, feitos prioritariamente por trabalhadoras mulheres, foram um fenômeno de moda nas décadas de 1950 e 1960 e conviveram com a expansão do mobiliário modernista em residências brasileiras”, conta a historiadora.

No Museu do Ipiranga, a revisão do perfil das coleções com o objetivo de torná-las socialmente mais abrangentes começou a ser constituída há cerca de 20 anos. Em 2010 o museu realizou um investimento de R\$ 700 mil para a expansão de seu acervo. “Para organizar e expor essas novas coleções, montamos um grupo curatorial integrado por funcionários, pesquisadores de iniciação científica, mestrado e doutorado, mas também moradores do próprio bairro onde se situa o museu. Muitos deles têm perfil conservador e não aprovaram a incorporação



1. Escultura de lemanjá integra mostra que está sendo organizada pelo Museu da República  
 2. *Partida da monção* (1897), óleo sobre tela de José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899)  
 3. Objetos da vida cotidiana expostos no Museu do Ipiranga 4. *A grande peleja* (2019), de Paul Setúbal, dialoga com a história do Brasil

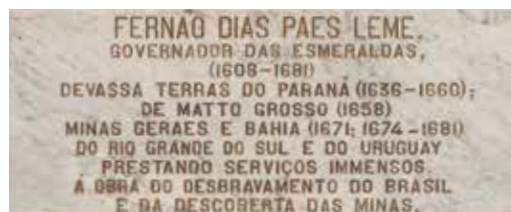


1

de bibelôs e objetos de plástico na exposição”, relata Carvalho. Segundo ela, mesmo com essa discordância, ao retirar as peças da reserva técnica e levá-las para salas de exposição, o museu provoca o espectador a aprofundar sua compreensão da sociedade.

As reflexões que embasaram o desenvolvimento desse acervo do MP começaram há cerca de 30 anos, com o trabalho do historiador Ulpiano Bezerra de Meneses, que dirigiu a instituição entre 1989 e 1994. “Ao criar frentes de pesquisa voltadas a diferentes grupos sociais, Meneses procurou romper com a história celebratória que caracterizou a gestão feita pelo historiador Afonso d’Escagnolle Taunay [1876-1958], entre 1917 e 1946”, comenta. De acordo com Carvalho, Taunay investiu em propostas curatoriais que ajudaram a construir a ideia de um Brasil pacificado, orgulhoso da atuação dos bandeirantes, voltado a apagar ou apaziguar o papel desempenhado por populações como as indígenas ou de escravizados. “Essas características balizaram as exposições até 1990. Com base nos trabalhos desenvolvidos desde a gestão de Meneses, reformulamos e ampliamos a proposta curatorial do museu enquanto ele esteve fechado. Agora esses resultados podem ser vistos”, afirma a pesquisadora.

Para o historiador Paulo César Garcez Marins, da mesma instituição, as mudanças permitem que o museu compartilhe com o público a responsabilidade em torno da reflexão histórica, mesmo quando se trata de olhar para estátuas de bandeirantes, como as de Antônio Raposo Tavares (1598-1659) ou de Fernão Dias (1608-1681) (ver o vídeo Como o Museu do Ipiranga repensa os personagens da história). As pinturas e esculturas que decoram o hall,



2

a escadaria e o salão nobre do museu são tombadas e não podem ser retiradas, mas passaram a ser questionadas por meio de textos, recursos multimídia e audiodescrições.

“Por meio de indagações como essas, desafiamos interpretações históricas correntes sobre o Brasil e fomentamos a realização de visitas intelectualmente ativas”, diz.

Desafio semelhante enfrentou o historiador Paulo Knauss, da Universidade Federal Fluminense (UFF), quando, em 2015, assumiu a direção do Museu Histórico Nacional (MHN). Disposto a renovar a exposição de itens relacionados à história afro-brasileira, Knauss não queria utilizar os tradicionais objetos que remetessem à submissão dos escravizados. Decidiu então convidar representantes do movimento negro para conhecer a reserva técnica do museu, organizada por tipologias de materiais e que reunia vestidos, trajes, adereços, colares, sapatos e cerâmicas. “Ao olhar para as coleções, um dos participantes descobriu ali um conjunto de objetos relacionados e usualmente presentes em um terreiro de candomblé, incluindo guias, peças de altar e a indumentária de uma mãe de santo”, relata Knauss. De acordo



3

1. Escultura de Fernão Dias (1608-1681), de Luigi Brizzolara (1868-1937), no Museu do Ipiranga 2. Detalhe da descrição de trabalho que menciona “desbravamento”, em referência ao extermínio de povos indígenas 3. A primeira coleção de retratos de caboclos, indígenas e afro-brasileiros da instituição foi adquirida em 2010

com ele, as peças do terreiro estavam bem preservadas, mas o museu carecia de um especialista capaz de lançar um olhar curatorial sobre elas. “Descobrimos que a coleção tinha sido doada por uma mãe de santo na década de 1990, sendo uma das poucas coleções desse tipo que não resultaram de intolerância religiosa envolvendo operações policiais. A descoberta só foi possível pela interação com os representantes do movimento negro”, afirma. Restaurado, o acervo está exposto na mostra de longa duração do MHN. “A curadoria compartilhada permite que o conhecimento propicie novas interpretações sobre o passado”, analisa o historiador.

Em funcionamento desde 1960 em um palácio construído em 1853, o Museu da República foi uma das residências mais ricas do império. Com 11 mil objetos museológicos, a instituição gerida pelo governo federal prepara uma exposição com 519 peças que pertenceram a terreiros de candomblé e integram uma coleção formada entre 1890 e 1946, a partir de apreensões policiais. O museólogo Mário de Souza Chagas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e diretor da instituição, explica que a curadoria da mostra está sendo desenvolvida de forma compartilhada com mães e pais de santo. A ideia é contemplar a visão sagrada que eles têm dos objetos. “As apreensões policiais responsáveis por formar o acervo têm a marca do Código Penal da República, que criminalizava religiões afro-brasileiras”, conta Chagas. O conjunto ficou 30 anos guardado no Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e parte dele foi pesquisada pela primeira vez por Yvonne Maggie, antropóloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (ver Pesquisa FAPESP nº 295). “Lideranças religiosas fizeram campanhas para retirar as peças do museu policial e doá-las, em 2020, para o Museu da República, o que foi compreendido como um gesto de reparação histórica. Em 2023, a coleção será exposta em sua completude pela primeira vez”, relata o museólogo.



4

**A**inda em relação a práticas inovadoras de curadoria, Knauss, do MHN, cita uma coleção construída no contexto dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Para além da reunião de peças tradicionais como a tocha olímpica ou *souvenirs*, uma equipe de pesquisadores sob sua liderança tratou de investigar outras formas de representar o evento. Foram feitos contatos com moradores da comunidade da Vila Autódromo, que tinha sido removida durante a construção do parque olímpico. “A comunidade ficava às margens do que se tornaria o parque e foi retirada sem necessidade, uma vez que não obstruía completamente o empreendimento”, informa. Com o apoio de representantes da comunidade urbana, os pesquisadores do museu decidiram construir uma coleção representativa da história dos Jogos Olímpicos, mas que dialogasse com as remoções históricas da cidade que, no MHN, estão representadas por objetos relacionados à destruição do morro



5

4. Traje religioso utilizado em rituais de candomblé, localizado no acervo do Museu Histórico a partir de diálogo com o movimento negro 5. Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, demolida durante os Jogos Olímpicos de 2016, que está representada na coleção do Museu Histórico por meio de escombros, como uma janela de alumínio



do Castelo, em 1921 (ver Pesquisa FAPESP nº 266). Assim, o museu concebeu a coleção da Vila Autódromo, composta por peças que remetem à remoção dessa comunidade. “Na mostra exibida no museu, colocamos uma pia batismal do morro do Castelo lado a lado com uma janela de alumínio removida da Vila Autódromo”, recorda. “Decisões como essa explicitam o ato interpretativo da curadoria, demandando também a interpretação do espectador para que a exposição se torne um espaço de debates”, diz.

**K**nauss menciona ainda um quadro de dom Pedro II (1825-1891) rasgado por golpes de espada durante a Proclamação da República, em 1889. “Quando o MHN fez a restauração da obra, recuperou a tela, mas manteve a marca do corte”, diz, mencionando outro retrato de dom Pedro II que também foi atacado no contexto da proclamação e hoje integra o acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora (MG). A obra foi inteiramente restaurada e todas as marcas foram eliminadas. “Enquanto o MHN preservou a memória do ato iconoclasta, a instituição de Minas optou por promover o esquecimento. São diferentes formas de abordar e interpretar o passado”, destaca o historiador.

No MHN, curadorias compartilhadas com intelectuais indígenas, bem como a aquisição de coleções diretamente de povos originários, são outras iniciativas recentes, conforme o historiador Diogo Guarnieri Tubbs, chefe da divisão

técnica da instituição. De acordo com ele, o museu prepara a inauguração de uma exposição de longa permanência levando em consideração novas vertentes de curadoria. “Museus são instituições privilegiadas para estabelecer diálogos entre pesquisas acadêmicas e os anseios de movimentos sociais”, avalia.

Para o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ), a busca por estratégias para ampliar a acessibilidade não apenas física, mas também conceitual, é tendência comum entre distintas instituições museológicas do país. No caso do MN, que atualmente investe na reconstrução de coleções consumidas pelo incêndio de 2018 (ver Pesquisa FAPESP nº 272), o novo projeto conceitual prevê abordagens transdisciplinares por meio de blocos temáticos como “A história profunda da América”, “A diáspora africana”, “Colonização e construção da nação”, “Culturas urbanas”, “Ambientes do Brasil”, entre outros, que reunirão tanto peças relacionadas às ciências naturais quanto à antropologia. “Em Ambientes do Brasil, por exemplo, vamos apresentar informações integradas sobre a cultura caiçara e o bioma da Mata Atlântica.” ■



1. Rasgado por golpes de espada durante a Proclamação da República, quadro de dom Pedro II (1825-1891) integra acervo do Museu Histórico 2. A instalação *The dinner party*, da norte-americana Judy Chicago, evoca o feminismo. Valendo-se de objetos como cálices e pratos dispostos em uma mesa de jantar, é uma das referências para o Museu do Ipiranga

# COLEÇÕES RESSIGNIFICADAS



Peças do acervo de museus etnográficos ganham novos sentidos a partir do diálogo com povos indígenas

Impulsionado pelo avanço do conhecimento científico e o diálogo com movimentos sociais, o começo do século XXI marcou um momento de transformação também na gestão de acervos etnográficos. Constituídas no período colonial, muitas vezes com peças saqueadas ou retiradas sem consentimento, as coleções desses museus passaram a ser compreendidas como patrimônio de todos. Essa mudança de olhar tem levado instituições a repensar suas formas de curadoria, identificando novos significados para esses objetos.

Há cerca de três décadas a museóloga Marília Cury Xavier, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), trabalha com acervos etnográficos, mas foi nos últimos anos que ela desenvolveu novas estratégias para organizar mostras e coleções. “Atualmente, estamos em um momento que não é mais falar sobre os povos indígenas, mas, sim, falar com eles, de forma que eles próprios façam a curadoria falando por si”, explica.

Xavier Cury não considera que o aspecto colonialista na formação de coleções do MAE seja motivo para desprezar esses acervos, mas defende a necessidade de encontrar novas estratégias para trabalhar com o material. Um exemplo foi o desenvolvimento da exposição *Resistência já – Fortale-*

1. Peça de arqueologia indígena da reserva técnica do Museu Paraense Emílio Goeldi: instituição investe em estratégias para ampliar o acesso ao acervo





cimento e união de culturas indígenas, inaugurada em 2019 e elaborada em parceria entre o MAE e grupos Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena, do centro-oeste do estado de São Paulo.

Durante o processo de curadoria, representantes desses três povos visitaram a reserva técnica do MAE para conhecer peças coletadas entre o final do século XIX até a primeira metade do XX, e foram os responsáveis pela seleção dos objetos, vestimentas e fotografias expostos. “No desenvolvimento do trabalho, uma representante Kaingang, chamada Dirce Jorge, olhou para uma peça identificada etnograficamente como camisa sem manga e nos contou que aquela era a roupa usada tradicionalmente pelas parteras de seu povo”, conta Xavier Cury. “Soluções colaborativas e o diálogo com povos indígenas permitem requalificar e buscar sentidos ampliados, trazendo vida para as peças e humanizando coleções”, destaca, lembrando que o acervo arqueológico e etnográfico do MAE, que abarca, além do Brasil, culturas das Américas e do Oriente Médio desde antes de 1500, ganhou protagonismo no cenário nacional depois do incêndio do Museu Nacional, em 2018.

**U**ma das referências para a transformação no olhar dirigido à coleção do MAE foram os movimentos indígenas organizados no Canadá na década de 1980 pela Assembleia das Primeiras Nações, que se uniram à Associação Canadense de Museus para publicar, em 1994, o documento *Turning the page*, com orientações práticas sobre como lidar com coleções indígenas. Outro exemplo é a Native American Graves Protection and Repatriation Act (Nagpra), que também mudou a relação dos museus dos Estados Unidos com os povos indígenas. “Museus são espaços privilegiados para levar debates acadêmicos ao público amplo, rompendo com circuitos teóricos”, sustenta a pesquisadora.

1. Roupas usadas tradicionalmente por parteras kaingang compõem acervo do MAE-USP 2. Pintura de Daiara Tukano, da exposição *Nhe'ë Porã: Memória e transformação*, do Museu da Língua Portuguesa 3. Estátuas que sobreviveram ao incêndio no Museu Nacional: instituição reconstruiu coleções por meio de novas abordagens



Em busca de melhores estratégias para socializar o acervo, a arqueóloga e curadora Helena Pinto Lima, do Museu Paraense Emílio Goeldi, conta que a instituição tem convidado grupos de estudantes, povos indígenas e artistas locais para trabalhos colaborativos com o acervo, dentro da reserva técnica, que é visitável. “Por meio dessa prática, nossa reserva técnica se tornou referência para artistas, com quem temos desenvolvido um trabalho de produção de réplicas artesanais de peças arqueológicas”, diz. Segundo ela, as réplicas circulam em grupos de estudos e escolas, disseminando conhecimento tanto arqueológico quanto sobre o artesanato da região.

Lima considera a interiorização de universidades federais brasileiras a partir de 2003 o ponto de partida dessa mudança de olhar, na medida em que permitiu que povos tradicionais passassem a ocupar mais efetivamente os espaços de produção do conhecimento, o que tem motivado sua transformação. Conforme ela, o movimento tem influenciado a Sociedade de Arqueologia Brasileira, que, em novembro, realizou encontro com educadores, museólogos e arqueólogos em Belém, no Pará, para repensar políticas de acervo.

Por meio do diálogo com 50 profissionais indígenas, o Museu da Língua Portuguesa (MLP), por sua vez, acaba de inaugurar a exposição *Nhe’ë Porã: Memória e transformação*, sobre a complexidade do nosso idioma e com o objetivo de oferecer informações sobre 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias do país. “Embora a maioria dos brasileiros pense viver em um país monolíngue, somos multilíngues. Antes da chegada dos portugueses, calcula-se que havia cerca de 5 milhões de falantes de aproximadamente mil línguas. Muito se perdeu e, hoje, cerca de 40 idiomas seguem em iminente perigo de desaparecimento”, detalha Isa Grinspum Ferraz, curadora especial do MLP.

## BUSCA POR DIVERSIDADE

Espaços de arte também repensam estratégias curatoriais, como é o caso do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs) que, por meio de um trabalho de revisão crítica do acervo, formado no decorrer de sete décadas, identificou que, entre os mais de mil artistas plásticos com obras em sua coleção, menos de três dezenas são negros – 134 das mais de 5,5 mil obras da coleção.

“Acervos legitimam e hierarquizam valores e narrativas vigentes em uma história da arte que vem sendo revisada criticamente, reexaminando bases eurocêntricas e colonizantes que assentaram a sua constituição”, afirma Francisco Dalcol, diretor-curador da instituição. Como parte desse movimento, nos últimos anos o Margs intensificou a reflexão sobre exclusões e silenciamentos. Nesse momento, está adquirindo um conjunto de obras de artistas negros. “É o início de um movimento. Há muito a ser feito”, avalia Dalcol. Criado em 1954, o Margs conta com um acervo que é composto por pinturas, esculturas, gravuras, cerâmicas, desenhos, arte têxtil, fotografias, instalações, arte digital, entre outros. Alguns de seus quadros mais conhecidos são *A dama de branco* (1906), do pintor e decorador Arthur Timótheo da Costa (1822-1922), e *Almofada amarela* (1923), do pintor Leopoldo Gotuzzo (1887-1983). “O conjunto abrange produções regidas por modelos acadêmicos europeus, passando por rupturas de manifestações modernistas até chegar à pluralidade de desdobramentos operados por práticas artísticas contemporâneas”, informa Dalcol. ■



4

4. Litogravura *Amordaçada*, de Paulo Chimendes, faz parte do acervo do Margs. Museu está ampliando sua coleção de obras produzidas por artistas negros

O projeto e os artigos científicos consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.